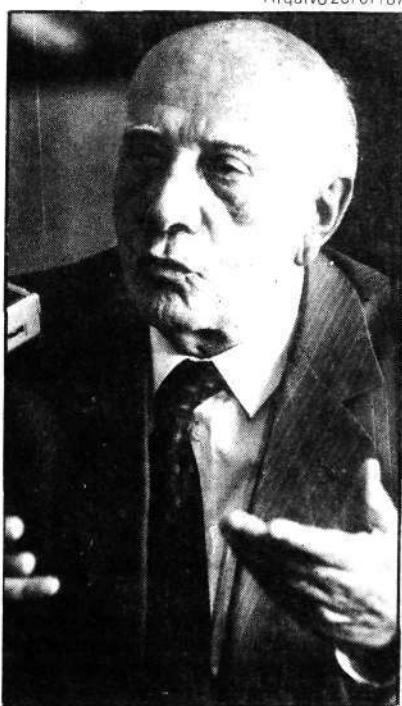
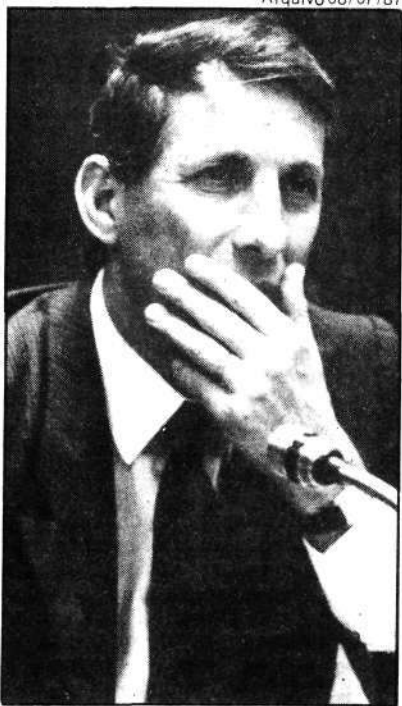


Certos da eleição-88, partidos mobilizam forças



Quéricia, Ulysses e Covas são os nomes mais cotados dentro do PMDB enquanto Aureliano desponta como o mais forte do PFL

Richa já considera excessivos 4 anos de mandato para Sarney

Andrei Meireles

O senador José Richa tem revelado, em conversas reservadas com lideranças políticas do PMDB e do PFL, sua preocupação de que mesmo um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney pode ser excessivo, tal a deterioração do governo em todos os setores. Nos últimos dias, cresceu bastante na Constituinte a proposta de convocação de eleições gerais ou apenas presidenciais para julho do ano que vem. No centro das preocupações dos dirigentes dos principais partidos está o receio de que uma "derrocada total" do governo Sarney inviabilize também a própria transição democrática.

Do ex-ministro e deputado Delfim Netto, que até recentemente defendia seis anos para Sarney, a

Richa, passando por importantes setores do PFL, a realização de eleições o quanto antes ganhou força surpreendente. Muitos políticos estão evoluindo da defesa de um mandato de cinco e até seis anos para diretas já. Uma mudança radical. Antes do fiasco das reformas ministerial e administrativa, o mandato de cinco anos parecia assegurado. Os quatro anos, com o fracasso da campanha popular, marcada por divergências entre seus organizadores o sistema de Governo, pareciam descartados.

O fim

A decisão da Autolatina (Volkswagen e Ford), de ostensivamente desrespeitar decisões governamentais e os termos do acordo firmado em Nova Iorque com os credores internacionais reduziram ainda mais a credibilidade do presidente

José Sarney na Constituinte. "E o fim", proclamou o deputado Hélio Duque, do PMDB do Paraná, após conversar sobre a dívida externa com Ulysses Guimarães, igualmente desinformado e surpreso com os resultados das negociações. Duque é partidário de eleições gerais logo após a promulgação da Constituinte.

O crescimento das propostas de redução do mandato de Sarney, que já receberam o endosso de vários governadores, como Orestes Quéricia, de São Paulo, não está enfrentando maiores resistências na Constituinte. A versão corrente é de que o próprio presidente Sarney já teria se convencido da inevitabilidade da realização de eleições em 88, desestimulando os parlamentares mais ligados ao Planalto de um empenho maior pelo mandato de cinco anos.

PFL acha que seu candidato leva vantagem

O Partido da Frente Liberal (PFL) está convencido de que o desgaste político do PMDB, e o fato de que muitos candidatos à sucessão presidencial virão de São Paulo, acabará contribuindo para dividir o peso político-eleitoral desse Estado e favorecerá, em particular, a candidatura do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia.

De acordo com as previsões dos analistas do PFL, numa disputa sucessória a que concorrem, entre outros, um candidato do PMDB de São Paulo (Orestes Quéricia, Mário Covas ou Ulysses Guimarães), um candidato pelo PDS, o paulista Antônio Ermírio de Moraes; outro paulista pelo PT, o atual deputado Luiz Inácio Lula da Silva; um candidato do PL, o paulista Affif Domingos; e o ex-governador Leonel Brizola, pelo PDT, as chances eleitorais de Aureliano ficarão sensivelmente beneficiadas. Além da divisão do eleitorado paulista, as forças autodenominadas progressistas estarão também pulverizadas entre as candidaturas do PMDB, do PT e do PDT, fazendo com que o nome de Aureliano, único de Minas, esteja entre os dois mais votados no primeiro turno da eleição presidencial direta.

Divisão

Em face dos desgastes eleitorais do PMDB, o PFL acredita que os dois nomes mais votados na disputa venham a ser os de Aureliano e Brizola. A rigor, o partido tem grandes simpatias pela candidatura do empresário paulista Antônio Ermírio. Acredita-se, porém, que Antônio Ermírio seja mais útil na primeira fase da disputa, concorrendo à sucessão do que apoiando a candidatura Aureliano, pois desse modo ele poderá dividir melhor as bases eleitorais paulistas, que totalizarão, no pleito presidencial, cerca de 20 milhões de eleitores.

O PFL espera contar, no segundo turno, com o apoio dos derrotados na fase inicial da disputa, ainda que seu competidor, em vez de Brizola, seja o candidato do PMDB ou o do PT.

Gracias à elevação do eleitorado — aprovada até o momento na Comissão de Sistematização da Constituinte, através da redução da idade de alistamento dos 18 para os 16 anos de idade —, o contingente eleitoral brasileiro, no pleito de 1988, ganhará 16 milhões de novos eleitores.

Nessa faixa etária — e isso é admitido pelo atual ministro do Desenvolvimento Urbano, Prisco Viana (PMDB-BA) a grande massa de eleitores em todo o Brasil deverá inclinar-se pelo apoio ao PT.

Conquista

Por sinal, ao admitir surpresas no pleito presidencial, o ex-ministro Delfim Netto (constituente pelo PDS de São Paulo), não descarta a hipótese de um grande crescimento do PT. Os petistas, no entanto, estão dispostos a lançar-se à disputa — como tem afirmado o deputado José Genoíno (PT-SP) — "não para alcançar o poder, mas apenas para conquistar o Governo".

Ninguém no PT admite a hipótese de crise político-institucional em caso de vitória nas urnas, em novembro de 1988. O partido, porém, está consciente de que poderá alcançar maioria eventual nas eleições, mas de nenhum modo, conseguirá naquele ano, a adesão da maioria absoluta do povo brasileiro, para realizar um governo condizente com o programa partidário.

A idéia de crise também não passa pela cabeça do ex-governador Brizola, no caso de sucesso nas urnas, em 88. Ele governou o Rio de Janeiro sem problemas e confia em que os inconformados com sua eventual vitória repitam o mesmo procedimento de discricção que tiveram naquele Estado.

"De mais a mais — diz sobre isso, o experiente senador Luis Viana Filho (PMDB-BA) —, não é tão fácil quanto se pensa depois um Presidente eleito pelo voto direto e majoritário do povo". (R.A.L.)

Rubem Azevedo Lima

Embora não esteja nas ruas, porque a Constituinte ainda não fixou a data da próxima eleição presidencial, a sucessão do presidente José Sarney já é tratada, nos vários partidos, como fato líquido e certo a realizar-se no máximo até novembro de 1988.

Nem mesmo o PMDB e o PFL, agremiações governistas, levam a sério a tese defendida por Sarney, do mandato presidencial de cinco anos, que adiará a sucessão para 1989.

No PFL, a candidatura do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, foi proposta oficialmente, na última reunião da cúpula partidária, realizada nesta capital.

No PMDB as preferências se dividem entre vários nomes: Orestes Quéricia, governador de São Paulo; o do líder do partido na Constituinte, senador paulista Mário Covas; Ulysses Guimarães (SP), presidente peemedebista e da Constituinte; o do ex-governador de São Paulo, Franco Montoro; Waldir Pires, governador da Bahia; e senador e ex-governador paranaense José Richa.

A sucessão presidencial, na opinião do presidente do Senado, Humberto Lucena, da Paraíba, "passará por São Paulo, pois, por motivos de geografia política, dificilmente o candidato do PMDB deixará de ser alguém daquele Estado".

Lembra Lucena que em São Paulo estão cerca de vinte milhões de eleitores brasileiros, que equivalem a quase 30% de nosso eleitorado.

Teste

Além do PFL e do PMDB, outro partido também começa a pensar em termos sucessórios: o PDS. O ex-ministro do Planejamento e da Fazenda, nos governos militares, deputado constituinte por São Paulo, Delfim Netto, já lançou a candidatura do empre-

Disputa é acirrada no PMDB

A luta pela indicação do candidato partidário à sucessão do presidente José Sarney será, na opinião da maioria dos constituintes, particularmente mais equilibrada e difícil no PMDB, em cujos quadros pelo menos sete nomes despontam nas preferências dos convencionais: Orestes Quéricia (governador de São Paulo), Mário Covas (senador por São Paulo e líder do partido na Constituinte); Ulysses Guimarães (deputado presidente do partido e da Constituinte); Franco Montoro (ex-governador de São Paulo); Waldir Pires (governador da Bahia); José Richa (ex-governador do Paraná e senador) e Fernando Henrique Cardoso (senador por São Paulo e líder do PMDB no Senado).

Quéricia, que defendia o mandato de cinco anos para Sarney, já mudou de idéia e age, politicamente, como se estivesse convencido de que haverá eleições presidenciais em novembro de 1988.

"Ele é candidatíssimo" — diz, a propósito, o deputado Manoel Moreira, peemedebista de São Paulo e bastante ligado ao governador.

Controle

Por sinal, amigos particulares do vice-governador paulista Almino Afonso têm como certo que ele venha a governar São Paulo, a partir de meados do próximo ano. Isso, no entanto, só ocorrerá se Quéricia deixar o governo do estado, para disputar a sucessão presidencial em novembro de 88.

Em termos partidários, Quéricia praticamente controla a maioria da convenção do PMDB de São Paulo, o que poderá valer, ali, a escolha de seu nome para a sucessão presidencial. Mas, no plano nacional, o senador Mário Covas parece contar com a preferência da maioria dos peemedebistas do resto do País, que vão escolher, em convenção, o candidato do partido à sucessão de Sarney. Entre outros governadores que apóiam Covas está o de Alagoas, Fernando Collor de Melo.

A favor da candidatura Ulysses estariam os quadros mais antigos do partido, daí acreditar-se que o nome do dirigente peemedebista — como diz o presidente do Senado,

sário paulista Antônio Ermírio de Moraes, por sua agremiação.

Delfim, aliás, concorda em princípio, com a tese de Lucena, sobre o peso político de São Paulo, mas sua preferência pelo paulista Antônio Ermírio se deve à convicção de que este empresário, dentre todos os possíveis candidatos à sucessão de Sarney, é o nome que reúne melhores condições para enfrentar a crise econômica, social e política do Brasil. No PDS não se fala mais em Paulo Maluf, ex-candidato do partido, derrotado na disputa indireta de 1985.

Outra corrente pedessista, porém, já se manifestou favorável à candidatura do atual senador e ex-ministro Jarbas Passarinho, do Pará. O nome de Passarinho também foi lançado com o apoio da bancada partidária na Constituinte, mas o ex-ministro procurou desencorajar seus correligionários, dizendo ser cedo para tratar da sucessão. Por enquanto, a candidatura do general Figueiredo, pelo PDS, não passa de hipótese.

Por fim, embora ainda não haja decisão oficial sobre a data do pleito sucessório, mais três partidos pensam seriamente no assunto: o PDT, do ex-governador Leonel Brizola, candidato ex-offício da agremiação; o Partido Liberal (PL), no qual despontam as candidaturas de seu presidente, deputado constituinte Alvaro Vale (RJ) e do constituinte paulista Afif Domingos; e o PT, cujo nome natural à sucessão é o do presidente e líder do partido na Constituinte, deputado Luís Inácio Lula da Silva (SP).

Essas duas últimas candidaturas seriam lançadas, bem como outras, por diversas agremiações, apenas para efeito de facilitar a ampliação das bases dos respectivos partidos. Como o pleito presidencial se realizará em dois turnos, no primeiro o mais provável é que todos os partidos lancem candidatos próprios, a fim de testar sua força político-eleitoral.

Humberto Lucena — esteja, com o de Covas e de Quéricia, entre os mais fortes na disputa da convenção nacional do PMDB que escolherá o candidato ideal à sucessão de Sarney.

Nessa fase, os outros prováveis candidatos do PMDB, principalmente Fernando Henrique, José Richa, Franco Montoro e Waldir Pires — além de eventuais nomes de última hora — deverão conduzir-se em função do momento político da convenção partidária, podendo, portanto, decidir a disputa em favor de qualquer dos três favoritos.

Covas fala apenas em disputar a eleição para governador de São Paulo, mas seus correligionários, nesse e noutros estados, duvidam que ele possa resistir aos apelos das bases partidárias, na ocasião em que estiver em debate a sucessão presidencial.

Hipótese

A hipótese, o ex-ministro Delfim Netto, hoje deputado pelo PDS paulista, acha que o "PMDB está em baixa política, mas o peemedebista Orestes Quéricia, em função da imagem que está construindo em São Paulo, graças a uma campanha publicitária eficiente, está em alta".

Para os pedessistas, no entanto, Quéricia é muito vulnerável, do ponto de vista político, daí haver preferência pela indicação do nome do governador paulista à sucessão presidencial. Contra Quéricia, o PDS acredita que poderá ter sucesso no caso de lançamento da candidatura do empresário Antônio Ermírio de Moraes. Mas Ermírio é mais ligado ao PFL, partido no qual desponta a candidatura do ministro Aureliano Chaves.

Delfim Netto não descarta a hipótese de união entre os dois partidos, em torno da candidatura Ermírio. A seu ver, o fato de o PMDB ter a maior estrutura partidária do País, com milhares de prefeitos e vereadores e bases em todos os municípios brasileiros, não significa êxito certo da candidatura oficial desse partido. "Vamos ter — afirma Delfim — grandes surpresas nas eleições de 1988". (R.A.L.)

Grupo fiel busca acordo

Parlamentares influentes, dos mais fiéis ao presidente da República, já estão admitindo um acordo interpartidário para aprovar emenda estabelecendo eleições presidenciais diretas 120 dias após a promulgação da futura Constituinte, assegurado um sistema presidencialista "menos monárquico".

As conversas entre presidencialistas e parlamentaristas estão evoluindo de diretas em 15 de novembro para o primeiro semestre do próximo ano, com um prazo razoável após o término dos trabalhos da Assembléia Constituinte.

"A situação econômica tende a se agravar, com a inflação deste mês ultrapassando a 12 ou 13% e previsões de pelo menos 20% no primeiro mês de 1988. Será preciso um grande esforço, patriotismo e desprendimento para evitar o

pior", desabafou um dos dirigentes do PFL, dos mais dedicados a Sarney.

Presidencialistas e amigos do presidente, do PMDB, do PFL e do PDS, tentarão acordo com o PDT e PT, para assegurar o sistema presidencialista, com eleições no próximo ano — 120 dias após a promulgação da nova Carta.

"Não sabemos se será possível evitar a comoção social que está surgindo. Novembro de 1988 pode ser muito longe" — desabafou, preocupado, um influente parlamentarista governista.

Dirigentes do PMDB e do PFL já estão convencidos de que na Comissão de Sistematização dificilmente será evitada a aprovação das diretas em 1988. A tese de eleições presidenciais em 1989 ou 90 já estaria fora de cogitações, segundo opiniões generalizadas de líderes e dirigentes partidários.

Chiarelli defende aprovação popular

Porto Alegre — Se a proposta de realização de um referendo popular para apreciar a nova Constituição não for aprovada, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, defenderá a realização de eleições gerais após a promulgação da nova Constituição. Esta seria, segundo o senador explicou ontem, a única maneira de resolver "a grave crise política nacional", provocada pela inação do Governo do presidente José Sarney. Defensor do rompimento do PFL com o Governo Federal, o senador presidiu ontem uma reunião do diretório regional do partido, que marcou para dezembro a data da convenção estadual que discutirá o tema.

Chiarelli afirmou que é "pouco seguro" fazer qualquer prognóstico a respeito da duração do mandato presidencial em quatro ou cinco anos. "As forças na Comissão de Sistematização estão muito parelhas", anunciou, confirmando que ele próprio dará seu voto na matéria dependendo da conjuntura política. "É uma questão eminentemente conjuntural, embora sempre tenha defendido que o mandato deveria ser de seis ou de quatro anos", afirmou.

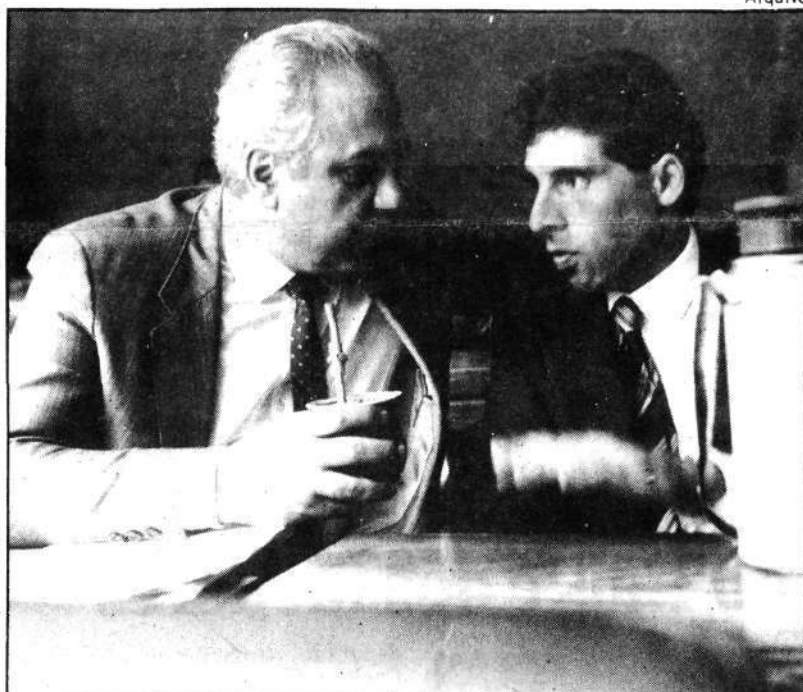
Votação
O senador anunciou que no início da próxima semana a Comissão de Sistematização estará votando sua proposta de referendo, que pretende conferir "legitimidade" à nova Carta. Se não for aprovada, entende que a realização de eleições gerais é a única maneira de o País superar o impasse político que vive atualmente.

Ele previu que o texto a ser produzido pela Comissão de Sistematização será aprovado em cerca de 90% pelo plenário da Constituinte, embora defenda a proposta do "Centrao" de reabrir a possibilidade apresentação de emendas.

"Uma coisa é alterar o regime, outra é dizer que os 300 integrantes que o "Centrao" alega possuir terão a mesma posição na hora de votar. O único ponto em que existe unidade é a abertura de espaço para apresentar novas emendas", explicou o pefelista.

Rompimento
Chiarelli defendeu a transformação do PFL em um "partido renovado", mas argumentou que não existem razões para a formação de um novo partido. Embora admita mudanças na sigla, onde acha que a palavra "frente" deva ser substituída pela doutrina partidária, o "liberalismo social", o senador gaúcho classificou como um "movimento de autonomia" e não como dissidência a tendência por ele defendida de rompimento com o Governo.

Chiarelli confirmou os entendimentos mantidos na última semana pelo senador Marco Maciel com integrantes do PDS para uma reaproximação e qualificou esta como uma "tendência indiscutível". Disse que ele e Marco Maciel trabalham no sentido de aproximar de sua tese os ministros Aureliano Chaves e Antônio Carlos Magalhães, que conseguiram adiar a realização da Convenção Nacional do partido para deliberar sobre o assunto.



Richa (E) defende pleito logo após a promulgação

Líderes querem a antecipação

Silvio Donizetti

A maioria dos líderes partidários na Constituinte é favorável à eleição do presidente da República e dos deputados e senadores após a promulgação da nova Constituição. No PMDB, o maior partido no Congresso Nacional, a ressalva é quanto à renovação dos mandatos legislativos, enquanto no PDS o senador Jarbas Passarinho (PA) é frontalmente contra a antecipação das eleições para qualquer cargo no Executivo ou no Legislativo.

Já o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), defende a realização de eleições gerais de vereador a Presidente da República, no próximo ano, como uma boa solução para o País. A seu ver, a partir do momento em que o Brasil tiver uma nova Constituição será imprescindível a renovação de todos os mandatos eletivos para fazer frente à nova ordem constitucional.

José Lourenço admite que seu partido poderá defender, na Constituinte, a proposta da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), de eleições gerais logo que terminarem os trabalhos da Constituinte. "O tema já foi abordado diversas vezes pela deputada e tem o nosso apoio", assegurou o líder.

Credibilidade

Também o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), quer que a Constituinte convoque eleições para todos os níveis já no início de 1988. Ele acredita que a iniciativa teria como mérito resgatar a confiança da Nação aos políticos. "Com o novo modelo constitucional será preciso redistribuir as forças partidárias", entende Gastone, para quem apenas os fisiológicos e os governistas são contra a proposta.

Os partidos de esquerda (PT, PDT, PCB e PC do B) são favoráveis à renovação dos mandatos de deputados e senadores e à eleição do sucessor do presidente José Sarney em 1988. Apenas o PDT vai defender, durante a

votação das disposições transitórias da nova Constituição, eleições para todos os níveis, à exceção de governador. Segundo o líder do partido, deputado Brândão Monteiro (RJ), acabou a transição política, com a promulgação da Constituição, o País precisará de um novo governo e um novo Congresso comprometidos com a nova organização institucional.

O PT e os partidos comunistas acreditam que a renovação do Congresso e a eleição de um novo presidente da República serão suficientes para revitalizar as forças políticas no momento em que a futura Constituição entrar em vigor. O líder do PCB, Roberto Freire (PE), advoga uma melhor definição partidária após o término da Constituinte. A seu ver, a renovação do Legislativo é uma idéia importante politicamente desde que seja aprovado sistema parlamentarista de governo.

Cassação

Por sua vez, o líder do PDS, no Senado, Jarbas Passarinho (PA), acha que a proposta de eleições gerais, na prática, visa diminuir a influência do PMDB na política brasileira. "Não tem o menor sentido cassar mandatos de capricho de quem quer que seja", disparou o senador, numa estocada que tanto pode ser dirigida aos partidários da redistribuição das forças políticas quanto ao presidente José Sarney, que ameaça patrocinar emenda propondo eleições gerais como reação às iniciativas que visam reduzir o seu mandato.

Dentro do PMDB, os líderes no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), e na Constituinte, senador Mário Covas (SP), são a favor apenas da eleição do presidente da República no próximo ano. Covas acha que o mandato do presidente está vinculado à transição política do País, que acaba com a Constituinte, enquanto os demais mandatos não estão ligados à promulgação da nova Constituição.